

O “Sistema da Dívida” tem saída?

Glísia M. T. Gomes

Servidora Pública da Saúde Aposentada

O Brasil, ainda que espoliado para atender a interesses privados, é um país extremamente rico, mas submisso aos interesses e “aos sabores” do mercado financeiro. Em 2023 saiu da 9ª posição como maior economia do mundo, para a 10ª posição em 2024, ¹ dos 193 países reconhecidos internacionalmente, como podemos verificar no quadro 1.¹

PIB RANKING 2024 e 2025 - US\$ BILHÕES CORRENTES							
Ranking	País	2024	Part.% 2024	Ranking	País	2025	Part.% 2025
1º	Estados Unidos	29.167,8	26,5%	1º	Estados Unidos	30.337,2	26,4%
2º	China	18.273,4	16,6%	2º	China	19.534,9	17,0%
3º	Alemanha	4.710,0	4,3%	3º	Alemanha	4.921,6	4,3%
4º	Japão	4.070,1	3,7%	4º	Japão	4.389,3	3,8%
5º	Índia	3.889,1	3,5%	5º	Índia	4.271,9	3,7%
6º	Reino Unido	3.587,5	3,3%	6º	Reino Unido	3.730,3	3,2%
7º	França	3.174,1	2,9%	7º	França	3.283,4	2,9%
8º	Itália	2.376,5	2,2%	8º	Itália	2.459,6	2,1%
9º	Canadá	2.214,8	2,0%	9º	Canadá	2.330,3	2,0%
10º	Brasil	2.179,5	2,0%	10º	Brasil	2.307,2	2,0%
11º	Rússia	2.111,8	1,9%	11º	Rússia	2.195,7	1,9%
12º	Coreia	1.869,9	1,7%	12º	Coreia	1.947,1	1,7%
13º	México	1.848,1	1,7%	13º	Austrália	1.881,1	1,6%
14º	Austrália	1.802,0	1,6%	14º	Espanha	1.827,6	1,6%
15º	Espanha	1.731,5	1,6%	15º	México	1.817,8	1,6%
Total 15 Maiores		83.006,2	75,5%	Total 15 Maiores		87.235,0	75,9%
Total Mundo		109.930,7	-	Total Mundo		114.963,7	-

Fonte: FMI - World Economic Outlook Oct24

Elaboração: Austin Rating

Quadro 1 – PIB Ranking 2024 e 2025

Fonte:<https://istoedinheiro.com.br/brasil-cai-uma-posicao-e-encerra-2024-como-a-10a-maior-economia-do-mundo-veja-ranking/>

Esta posição do Brasil tem variado também em decorrência das variações do câmbio (que aumentam ou reduzem o PIB medido em dólares), porém, como explicar um país considerado a décima economia mundial como uma qualidade de vida populacional muito aquém de suas possibilidades?

Embora isso não seja evidente para a grande parcela da população, em cada época histórica, o modo como a produção econômica se organiza repercute na organização dos processos educativos. A base da história da educação profissional no Brasil é a relação educação e trabalho delimitados pelo sistema capital, sendo, portanto, as forças produtivas que delinearam a divisão técnica e social do trabalho. Dos reflexos colonizadores, vieram a ausência de políticas públicas de formação profissional. E, o ensino profissional, quando oferecido, não contemplava ideias de formação crítica, mas reforçava a formação instrumental e a postura de submissão. ²

Isso pode ser percebido quando analisamos a situação atual, pois, ainda que considerado um país rico, o Brasil oferece uma perspectiva de futuro caótica para a nova

geração da classe trabalhadora. A taxa de desemprego entre jovens de 18 a 29 anos é o dobro da taxa observada entre indivíduos na faixa etária de 30 a 59 anos. A falta de experiência profissional, a baixa qualificação, e a precarização do trabalho são obstáculos.³

Em recente divulgação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vinculado ao Ministério da Educação, no último relatório da OCDE, que compara os índices educacionais de países que são referência em desenvolvimento humano, como Luxemburgo, Suíça e Noruega, o Brasil participa apenas como parceiro. Consequentemente, contrastando com a riqueza econômica, o Brasil, diferente dos países que são referência em desenvolvimento humano, investe 3 vezes menos em educação, investimentos esses que vêm caindo desde 2016.⁴

A despeito da falta de investimento em educação profissionalizante e cidadã, nos períodos pós-redemocratização e pós-real, a economia brasileira, no período anterior (1964-1989) foi marcada por taxas excepcionalmente altas de novos investimentos em ampliação da capacidade produtiva instalada (“milagre econômico”), conquistada a partir de um regime político autoritário que aprofundou o desenvolvimento associado ao capital externo, aumentando deste modo, a dependência do país desse tipo de capital. Além disso, esmagou forças populares e reprimiu movimentos sociais. Podemos dizer, portanto, que, como sempre, a classe trabalhadora foi o “boi de piranha” tendo que se sujeitar a uma nova legislação trabalhista que surgiu com o intuito de dar uma maior flexibilidade quantitativa e salarial às relações de emprego no Brasil, onde criou-se um “Estado-empresário” (Bruno & Caffé, 2017).⁵

Dando continuidade à reforma monetária e financeira que estabeleceu as estruturas institucionais básicas para o funcionamento do mercado bancário-financeiro no período ditatorial, nos períodos pós-redemocratização e pós-real, o Estado Brasileiro e suas estruturas já encontram-se manietados pelo poder das finanças, sujeitando-se, portanto, às expectativas e interesses dos grandes grupos econômicos que se beneficiam diretamente da acumulação rentista-patrimonial (Bruno & Caffé, 2017).⁵

Diante de todo esse contexto, podemos constatar a acertada frase de Darcy Ribeiro de que **“a crise da educação no Brasil não é uma crise, é um projeto”**. Tão contundente quanto Darcy Ribeiro em relação ao boicote à educação, era Paulo Freire, que não admitia doutrinação nas escolas, fundamentando sua pedagogia em dois princípios: politicidade e a dialogicidade com o intuito de transformar o educando em um cidadão, sendo assim, Freire trabalhava a educação como prática da liberdade e afirmava que o professor tem o dever de não ser neutro. Talvez por falas como essa a seguir, Freire era tão odiado pela ala reacionária “política” brasileira ao dizer da ambiguidade dos chamados “chefes de estado”: **“desrespeitando os fracos, enganando os incautos, ofendendo a vida, explorando os outros, discriminando o indígena, o negro, a mulher, não estarei ajudando meus filhos a ser sérios, justos e amorosos da vida e dos outros”**.⁶ Ou seja, somos um país projetado para não dar certo em busca de atender a interesses escusos externos e da “elite” ultrapassada, retrógrada e de mente colonizada brasileira.

E, dada toda essa disfunção social, cultural e estrutural, não poderia ser diferente quando o assunto é remuneração digna. Você saberia dizer qual a função do salário mínimo? Segundo a Constituição Federal (CF) de 1988, em seu artigo sétimo, além de ser fixado em lei e ser unificado, deve atender às necessidades vitais do trabalhador e de sua família como moradia, alimentação, saúde, educação, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo.⁷ De acordo como DIEESE, isto significaria R\$ 7.398,94 em março de 2025, o equivalente a quase 5 vezes o atual salário mínimo (R\$ 1.518,00). O cálculo do reajuste do mínimo, previsto na política de “valorização” desse salário estabelecida na Lei 14.663/23⁸ (INPC + crescimento real do PIB) é

limitado pela própria dinâmica da economia, influenciada pelas altíssimas taxas de juros, quando na realidade deveria ser aumentado em uma velocidade muito maior que o PIB, para de fato haver distribuição de renda. Além do mais, no pacote de corte de gastos do final de 2024, feito para se obedecer ao teto de gastos sociais (enquanto não existe limite nenhum para os juros e amortizações da chamada “dívida pública”) ainda se aplicou ao próprio crescimento real do salário mínimo o nefasto teto de crescimento do arcabouço fiscal, de 2,5% ao ano. Adicionalmente, a inflação de alimentos – que afeta principalmente os mais pobres – atingiu 7,60% em 2024, enquanto a média geral do INPC (que é utilizada para o reajuste do mínimo) foi de 4,77%.

A própria Lei 14.663/23 traz uma tabela (1) com a base de cálculo para dedução do imposto de renda (IR) que, sem dúvida, tendo em vista a grande maioria assalariada no Brasil, dentro de uma economia extremamente “financeirizada”, embasada em juros escorchantes, resultará em um ínfimo poder de compra, não contribuindo para atender plenamente o que estabelece a CF e muito menos gerar uma inflação de demanda que, teoricamente justifique o aumento da Selic.

Tabela Progressiva Mensal

Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Parcela a Deduzir do IR (R\$)
Até 2.112,00	0	0
De 2.112,01 até 2.826,65	7,5	158,40
De 2.826,66 até 3.751,05	15	370,40
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	651,73
Acima de 4.664,68	27,5	884,96

“ (NR)

Tabela 1 – Tabela Progressiva Mensal Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14663.htm

A proposta feita pelo governo e encaminhada ao Congresso, de isenção de imposto de renda para ganhos de até R\$ 5 mil reais, caso aprovada, deve gerar à “classe média” um ganho de cerca de R\$ 26 bilhões anuais, ou seja, menos da metade do valor entregue aos super ricos, a cada 1% de aumento na Taxa Selic (R\$ 55 bilhões), como será visto mais adiante neste artigo. Desde setembro de 2024, a Diretoria do Banco Central (COPOM) já aumentou os juros em 3,75% (de 10,5% para 14,25%), aumentando em R\$ 200 bilhões o gasto anual com juros da chamada “dívida pública”

Falando mais claramente, podemos dizer que no Brasil, segundo o próprio economista e pesquisador de carreira do IPEA, Sérgio Wulff Gobetti, “**os rendimentos de capital são, em geral, menos tributados que os do trabalho**”, e, os mais ricos têm uma maior proporção de suas rendas relacionadas à remuneração do capital ⁹ (como no caso dos dividendos, que não são taxados no Brasil). Outro dado interessante citado por esse artigo é que aproximadamente 384 mil contribuintes com renda média de R\$ 449 mil por ano pagam no máximo 14,2% de alíquota, o mesmo percentual descontado de uma pessoa assalariada que recebe R\$ 6 mil reais de vencimento. Inclusive, 14,2% é o ponto máximo de tributação entre os mais ricos, a partir daí cessa a progressividade da cobrança de impostos e contribuições, e as alíquotas diminuem à medida que rendimento dos declarantes aumenta. ⁹ O que pode ser comprovado pela tabela (2) elaborada pelo IPEA.

Top + rico	N declarantes	Renda mínima	Renda média	Alíquota média
0,01%	15.366	7.953.386	26.036.889	12,9%
0,1%	153.666	1.411.070	5.295.478	13,2%
1%	1.536.670	313.172	1.053.316	13,6%
Ponto de máximo	384.168		449.937	14,2%
5%	7.683.352	110.891	353.999	13,2%

Regressividade tributária no país - Ipea/Divulgação

Tabela 2 – Tributação Top + rico

Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-10/estudo-do-ipea-aponta-injustica-tributaria-no-brasil>

Para estarrecer ainda mais a grande maioria da população que não vive, sobrevive, como explicar que a cada ponto percentual de aumento da taxa básica de juros (Selic), sem nenhum desconto da inflação ou perda, são retirados dos cofres públicos cerca de R\$ 55 bilhões de reais por ano (Tabela 3) para serem entregues a especuladores, detentores de títulos da dívida pública brasileira,¹¹ **nunca auditada** e que a CPI da Dívida (2009-2010) demonstrou apresentar inúmeras irregularidades.¹²

A tabela a seguir atualiza as elasticidades da DLSP e da DBGG a variações na taxa de câmbio, na taxa de juros e nos índices de preços para o mês de agosto de 2024.

Elasticidades da DLSP e DBGG

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio ^{2/}	-10,1	-0,09	10,7	0,09
Redução de 1 p.p. na taxa Selic ^{2/ 3/}	-55,0	-0,49	-50,3	-0,44
Redução de 1 p.p. nos índices de preços ^{2/ 3/}	-17,6	-0,16	-17,4	-0,15

1/ Impacto na relação DLSP/PIB ou DBGG/PIB, conforme o caso.

2/ Impactos são simétricos no caso de valorização cambial, aumento de taxa Selic e aumento de índices de preços.

3/ Variação mantida por doze meses.

Tabela 3 – Elasticidade da DLSP e DBGG

Fonte: <https://auditoriadada.org.br/conteudo/desmontando-as-mentiras-da-diretoria-do-banco-central-usadas-para-elevar-a-taxa-basica-de-juros-selic-por-fattorelli-e-rodrigo-avila/>

Ainda que a tabela esteja demonstrando uma redução na taxa básica (Selic), todos sabemos que não é isso que vem acontecendo, na maioria dos casos ocorrem aumentos que são extremamente prejudiciais ao país, já que cada ponto percentual de elevação da Selic representa geração de dívida pública **SEM CONTRAPARTIDA** que não é devidamente e nem, claramente esclarecida à população. Por exemplo, a partir de março de 2021, em apenas dois anos (2021 a 2023) a Selic saiu de 2% para 13,75%, ou seja, aumentou 11, 75%, causando um prejuízo aos cofres públicos de 500 bilhões de reais ao ano que não geraram **nada** para o país para além de dívida.¹³ O dinheiro dispendido com a alta da Selic nesse período representa 2,97 vezes mais do que o foi gasto com o Bolsa Família em 2024, um repasse de R\$ 168,3

bilhões. Um recurso que beneficia famílias num país de uma assombrosa desigualdade social.

14

Não bastasse todo esse cenário conturbado, as consequências decorrentes do aumento da taxa Selic são muito mais amplas e graves, atingindo toda a economia, pessoas, empresas e setor público, pois ela influencia todas as demais taxas de juros praticadas no Brasil, acarretando um aumento nas despesas com juros da dívida na esfera pública. Afetam também empresas (principalmente, pequenos e microempreendedores) e famílias que acessam empréstimos e financiamentos a juros escorchantes, estagnando toda a economia, criando recessão e uma contundente desindustrialização.¹¹

Não é muito difícil constatar que, enquanto o país “definha”, bancos batem recorde de lucros até no **pior** ano da pandemia.¹⁵ Nesse período, ainda, mais de 700 mil empresas fechavam suas portas.¹⁶

Somos um povo ignorado por todos os governos individual e coletivamente, enquanto representamos no ano de 2023, 67,4% do PIB em serviços (prestação de serviço, comércios, turismo, transporte e etc.), já a agropecuária contribuiu com 7,1% do PIB e a indústria, 25,5%.¹⁷ Para quem não sabe, PIB significa Produto Interno Bruto, é um indicador que mede o valor em dinheiro dos bens e serviços finais produzidos em uma região, cidade, estado ou país.¹⁸

Portanto, é muito importante refletir e se desvencilhar dos pré-conceitos. A luta de classes deixou de ser apenas pela redução do dano na desigualdade de forças entre quem vende sua mão de obra e quem paga por ela, ou seja, patrão e empregado. A atual luta de classes, da maneira como se configura a economia, completamente “financeirizada” já beira a luta cabal pela sobrevivência. Basta ver o desmonte acelerado da máquina pública, que nem de longe é o problema da “crise” financeira do país.

Em 2021 o INSS já havia perdido 50% de seus funcionários.¹⁹ Ao mesmo tempo que membros do atual governo Lula enaltecem novas mudanças na PEC 32/2020 como “inovações”, a professora e pesquisadora no Instituto de Ciências Políticas da Universidade de Brasília (UnB), Michelle Fernandez, diz que a PEC 32 “nasceu obsoleta e tem um objetivo estritamente fiscal, de diminuição de gastos, não olhando para a atuação do Estado e que a existência do servidor público é para atender à sociedade e colocar de pé políticas públicas.” Diante da desinformação geral, entidades empresariais como a Confederação Nacional do Comércio de Bens e Serviços e Turismo (CNC), defendem que a PEC 32 poderia gerar economia e impactar na diminuição da dívida pública.²⁰

Como assim economia? O número de servidores públicos no país em 2021 era de 11,35 milhões, o que representava 12,45% do total de 91,18 milhões de pessoas empregadas. E antes que o “senso comum” repita a frase equivocada de “máquina pública inchada”, essa proporção é quase a metade do que é a média entre os países da OCDE de 23,48% e menos que os 13,56% dos Estados Unidos que não é apontado como um número de servidores que comprometa a máquina pública.²¹ Estranho como muitos governos e mídias condicionam a população de um país a chamar servidor de “parasita”, chamar DIREITOS SOCIAIS de “gastos”, aposentadoria de “benefício”, afinal, para que serve uma nação? Para que pagamos tributos?

Gasto é comprometer 42,96% (R\$ 1,997 trilhão) do orçamento em juros e amortizações de uma dívida que ninguém sabe a contrapartida. Gasto é abrir mão de receber ICMS de agronegócio e mineradoras, “benesse” concedida sobre os “nossos ombros”, solicitada pelo governo federal aos estados, que tem comprometido o orçamento desses entes estaduais e, por tabela, dos municípios, através da Lei Kandir, já que o governo não repassa os devidos valores aos estados. Em 2019, já eram R\$ 500 bilhões em prejuízo a esses entes.²² Para quem ainda não acredita em números embasados em dados oficiais do próprio Banco Central e do governo federal, basta verificar o que é investido em educação, saúde, moradia,

transporte público e mesmo em Previdência Social no gráfico (1) elaborado pela Auditoria Cidadã da Dívida (ACD) há mais de duas décadas. Economistas do mercado criticam o gráfico da ACD dizendo que ele não leva em conta as receitas e que não deveria constar o gasto financeiro. Por que não, se somos nós que estamos pagando ano a ano com a perda cada vez maior de direitos? Se todas as despesas estão sendo financiadas por receitas, por que só a despesa com a dívida deveria desaparecer do gráfico? Se os gastos com a dívida poderiam e deveriam ser destinados para investimentos sociais, por que escondê-los?

Cada vez menos investimentos em políticas públicas? É daí que tem saído o dinheiro que privilegia quem especula com os nossos recursos (dinheiro público), detentores de títulos da dívida pública.

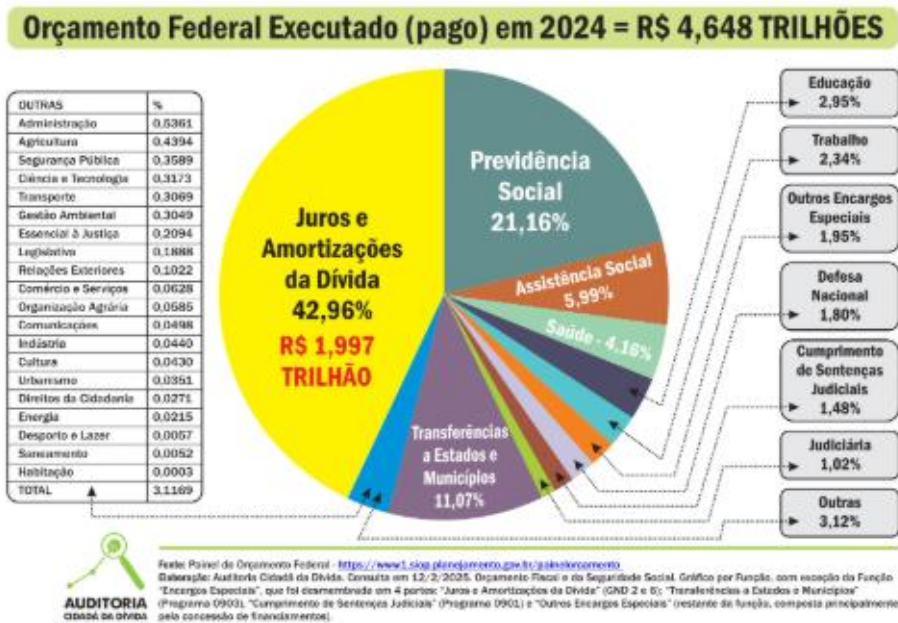


Gráfico 1 – Orçamento Federal Executado pago em 2024

Fonte: <https://auditoriacidadadadivida.org.br/>

Essa é uma “guerra” entre Davi e Golias, de um lado a **Auditoria Cidadã da Dívida** lutando para informar a população sobre todas as tramóias realizadas com os recursos que não param no que foi dito acima, pois ainda existem as operações de swap cambial (transações financeiras com moeda nacional em dólar) que muitas vezes causam prejuízos aos cofres públicos virando dívida pública, esquema fraudulento de securitização de créditos públicos “legalizado” pelo Congresso Nacional, no ano passado (2024) mesmo com a ACD informando aos parlamentares e tentando barrar a fraude desde 2016, inclusive com interpelações extrajudiciais. Dívidas privadas transformadas em dívida pública, privatização de estatais com títulos podres (títulos Brady) como aconteceu com em vários casos e, do outro lado, a mídia informando aquilo que é conveniente ao mercado. A diferença entre as duas é a capacidade de disseminação da informação. A ACD conta com voluntários, o mercado financeiro conta com o “modus operandi”.

Por isso a luta por melhores salários, dignidade, respeito, justiça social, qualidade de vida não será por categorias, é sim, uma única luta, a da base da pirâmide que é a que mais paga e menos recebe. Portanto, é crucial entender que o problema do país não são os direitos sociais, “gastos”, como nos ensinam premeditadamente. Todavia, isso só será possível através

do conhecimento da informação séria e produzida a partir da sociedade civil que tenha como único intuito promover justiça social e um país mais digno para TODOS e não para poucos.

A Auditoria Cidadã da Dívida participa da Frente Parlamentar pelo Limite dos Juros e por uma Auditoria Integral da Dívida Pública com Participação Social e já conta com um projeto aceito pela Câmara para que os juros no Brasil sejam limitados. Se trata do PLP 104/2022 que tenta limitar os juros aos 12% ao ou à Selic, o que for menor, mas precisa de apoio popular massivo para que seja aprovado. Não podemos continuar inertes diante de tanta injustiça e tanta mentira usada para nos colocar de culpados, quando somos as vítimas da história.

Esse é o cerne do problema político-econômico do país que impacta diretamente a vida de todos nós, em uma gama de aspectos, basta ler com atenção tudo o que foi dito acima e constatar que, sem combater conjuntamente (sociedade civil organizada) o SISTEMA DA DÍVIDA, como bem nomeou, Maria Lucia Fattorelli, toda essa “engenharia financeira” que nos extorque e aprisiona, estamos num beco **SEM SAÍDA**, sendo assim, vamos à luta!

REFERÊNCIAS

- 1- <https://istoedinheiro.com.br/brasil-cai-uma-posicao-e-encerra-2024-como-a-10a-maior-economia-do-mundo-veja-ranking/>
- 2- <https://www.redalyc.org/journal/5606/560662201029/html/>
- 3- <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2025/04/11/desemprego-entre-jovens-no-brasil-e-mais-que-o-dobro-da-taxa-de-grupo-mais-velho-aponta-pesquisa.ghtml>
- 4- <https://edicaodobrasil.com.br/2024/09/20/educacao-nao-e-prioridade-no-brasil/>
- 5- <https://www.scielo.br/j/ecos/a/cMqwL9wPX9kndtKJyC4fWSM/>
- 6- <http://www.gestaouniversitaria.com.br/artigos/educacao-nao-e-prioridade>
- 7- <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2005/notatecSMIF.pdf>
- 8- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14663.htm
- 9- <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-10/estudo-do-ipea-aponta-injustica-tributaria-no-brasil>
- 10- <https://www.serasaexperian.com.br/carreiras/blog-carreiras/salario-minimo-2025/>
- 11- <https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/desmontando-as-mentiras-da-diretoria-do-banco-central-usadas-para-elevar-a-taxa-basica-de-juros-selic-por-fattorelli-e-rodrigo-avila/>
- 12- <https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/clique-aqui-para-saber-como-foi-a-cpi-da-divida/>
- 13- <https://auditoriacidadada.org.br/o-sistema-da-divida-esta-presente-em-todas-as-esferas-federal-estadual-e-municipal/>
- 14- <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/12/governo-federal-repassa-r-168-3-bilhoes-pelo-bolsa-familia-em-2024>
- 15- <https://www.brasildefato.com.br/2022/02/17/bancos-brasileiros-tem-lucro-recorde-em-pior-ano-da-pandemia/>
- 16- <https://oglobo.globo.com/economia/mais-de-700-mil-empresas-que-fecharam-as-portas-nao-vaio-reabrir-apos-fim-da-pandemia-24535458>
- 17- <https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/pib-brasileiro-cresceu-29-em-2023-entenda-a-importancia-desse-numero>
- 18- <https://www.santander.com.br/blog/o-que-e-pib>
- 19- <https://www.brasildefato.com.br/colunista/vanessa-grazziotin/2021/07/21/o-desmonte-do-servico-publico/>
- 20- <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-10/governo-federal-prepara-reforma-administrativa>
- 21- <https://piaui.folha.uol.com.br/no-brasil-12-dos-trabalhadores-estao-no-servico-publico-na-dinamarca-sao-30/>
- 22- <https://mab.org.br/2019/02/12/lei-kandir-j-causou-perdas-meio-trilh-reais-aos-estados/>